

# **Pacheco, A. (2017). *Informação Digital: O vértice comum entre a diplomática e a ciência da informação*. Edições Húmus.**

MARIA BEATRIZ MERÊNCIO

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Bolsista de Investigação na Academia das Ciências de Lisboa

[mbeatrizmerencio@gmail.com](mailto:mbeatrizmerencio@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5297-311X>

*Informação Digital: O vértice comum entre a diplomática e a ciência da informação* é o resultado da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação de André Pacheco, orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva — que dá corpo ao prefácio da obra — e defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2015. Licenciado em Estudos Portugueses e Lusófonos (2013), o autor é hoje Doutor em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo vindo a contribuir com diversos trabalhos científicos nos campos da Ciência da Informação e das Humanidades Digitais.

Publicada em 2017 pelas Edições Húmus, em *Informação digital* o autor discorre sobre a conceção da informação social em contexto digital, sua preservação e respetiva validação, traçando um caminho teórico desde a origem e o desenvolvimento da Diplomática à afirmação da Ciência da Informação (CI). Pretende, neste sentido, confirmar se os métodos da Diplomática, analógica, para garantir a validação da informação e preservação dos seus atributos, podem ser aplicados em ambiente digital — aos documentos digitais —, de modo a apurar a sua autenticidade, integridade, fidedignidade, inteligibilidade e usabilidade, em acesso continuado e permanente, a problemática central deste trabalho.

Em jeito ensaístico, André Pacheco organiza a obra em três capítulos referentes à génese e ao desenvolvimento da Diplomática e respetivos contributos para a CI; à concetualização teórica de documento e informação, atendendo ao seu lugar no paradigma pós-custodial; e, finalmente,

à informação digital, bem como ao respetivo contexto, autenticidade e preservação.

Desde logo, é na ‘Introdução’ que o autor situa a obra no seu contexto: a mudança de paradigma que hoje presenciamos e testemunhamos, a transferência do enfoque do documento para a informação. No entanto, podemos considerar que são enunciadas muitas perguntas de partida, que poderiam enquadrar-se melhor como objetivos específicos da investigação. É também neste capítulo que é exposta a metodologia seguida e respetivas etapas do processo investigativo, ainda que não demonstre os métodos de recolha de dados empreendidos. Depreende-se a escolha sobre o método de revisão bibliográfica, procurando através desta uma “via conciliadora” entre as teorias identificadas — sem que tenha dedicado um capítulo autónomo ao estado da questão —, e através destas determinar os tópicos de investigação, correspondentes aos capítulos de desenvolvimento acima referidos.

Em primeiro lugar, o autor começa por traçar um percurso que, em direção à CI, resgata a Diplomática de Daniel van Papenbroeck (1628-1714) e Jean Mabillon (1632-1707), remetendo para o próprio contexto da evolução do direito público e da cultura política europeia, que desde a antiguidade tardia veio a perspetivar os documentos e registos enquanto fontes de testemunha pública, conferindo-lhes estatuto jurídico na qualidade de prova válida em processo ou questões de legitimidade, isto é, *fides publica*. De resto, é na transição para Oitocentos, após o ocaso das estruturas do Antigo Regime com as revoluções liberais, que o autor situa a procura de consolidação científica da Diplomática. Neste sentido, a História agrega a Diplomática, à semelhança da Paleografia, como disciplina auxiliar e assume o papel de ciência dos documentos, nomeadamente os medievais, que se tornam objetos centrais, por um lado, do contexto de nostalgia pelo passado orientado pela afirmação das identidades nacionais e formação das Nações, característica geral do romantismo histórico, como bem afirma o autor; e, por outro, acrescentamos, do quadro de convergência entre a erudição, o racionalismo e o determinismo, tendência do Positivismo. Neste plano, o desenvolvimento de uma Diplomática moderna, mormente por Theodor Von Sickel (1826-1908) e Julius Ficker (1826-1902), ambos historiadores, resulta em novos métodos de verificação de autenticidade, ou, nas palavras do autor, de inquérito e análise comparativa. Paulatinamente, é aberto o caminho à ampliação do objeto da Diplomática, inaugurado nas primeiras décadas no século XX e encetado sobretudo por Luigi Schiaparelli (1871-1934) e Alain Bouard (1882-1955). Estava em causa, segundo o autor, a sua autonomização disciplinar face à investigação historiográfica, sendo neste ponto que se

debruça acerca da consolidação científica da Diplomática, recorrendo à ciência das regras de Auguste Dumas (1881-1968).

Por sua vez, rumo à cientificidade, a segunda metade do século XX representa já a articulação entre a Diplomática e a Arquivística a partir de um objeto comum: o documento de arquivo, recuperando-se conceitos e princípios diplomáticos para a crítica de documentos contemporâneos e para o enriquecimento do corpo teórico e prático da Arquivística. O autor centra-se, neste plano, nas formulações teóricas de autores como Georges Tessier (1891-1967) e Robert-Henri Bautier (1922-2010), até Paola Carucci e Luciana Duranti. Em Bautier encontramos a transferência do foco da análise do documento para o conjunto documental — ou, acrescentamos, sistema de informação —, sendo apenas nesse contexto que se torna possível compreender o conteúdo do documento. Como explica, torna-se necessário atender à relação orgânica ou à articulação correlacional entre o documento e o sistema de informação de arquivo a que corresponde — sendo este o seu elemento comum —, nela se depreendendo a construção do seu significado, o contexto de produção dos atos e respetiva substância jurídica. Por conseguinte, estabelece-se uma abordagem interdisciplinar entre ambas, ou, como avança, entre a Diplomática contemporânea e a CI, no que considera ser um evidente contributo epistemológico para, nas suas palavras, o estudo, compreensão e gestão da documentação/informação hoje produzida, bem como para a própria atuação do arquivista, ou do cientista da informação, perante a “gestão documental”. É esta constatação que, para o autor, seguindo a posição de Duranti, permite à Diplomática reivindicar o seu lugar na inter e transdisciplinaridade abraçada pela CI, na forma de *Archival Diplomatics*.

Antes de passar ao salto epistemológico do corpo teórico da Diplomática para a integração na CI, o autor esclarece o que se entende pela última, que é hoje assumidamente científica. A própria estrutura que é definida para esta secção dá resposta à cientificidade reivindicada, uma vez que para a sua consolidação é necessária a existência de objeto (a informação social, ponto 1.2.1.), corpus teórico específico (ponto 1.2.2.) e de um paradigma reconhecido (pós-custodial e informacional, em abordagem sistémica, ponto 1.2.3.).

É traçado o desenvolvimento teórico desde o primeiro registo de *Information Science* em 1955, fazendo-o remontar ao final do século XIX sob a signo da Documentação. Neste ponto, recupera autores como Bertram Brookes (1910-1998), Anthony Wilden (1935-2019), Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, no que podemos apelidar de exercício de clarificação epistemológica da CI quanto ao seu objeto: a informação produzida em contexto social, passível de ser compreendida, registada e partilhada, atendendo a uma dupla

funcionalidade semântica enquanto fenómeno social e humano. Para a construção do campo científico, situa a CI a partir de Harol Borko (1922- 2012) e de Yves-François La Coadic, desde a influência da componente tecnológica, associada ao desenvolvimento de sistemas informáticos, à articulação com a Biblioteconomia e restantes disciplinas aplicadas da informação, como a Documentação, a Arquivística, a Museologia e as Ciências da Comunicação. Entre o binómio unidade- pluralidade ou identidade-interdisciplinaridade, como apelida, através de Malheiro da Silva e Ribeiro, encaminhamo-nos para a identificação da unidade do campo em detrimento da indefinição que lhe era anteriormente evocada na condição de interdisciplina.

Por fim, enquadra-a segundo uma abordagem sistémica aplicada à Arquivística quanto ao paradigma informacional, com a substituição da centralidade do fundo pelo sistema da informação, e pós-custodial, no que respeita à valorização da informação per se, do seu acesso e recuperação em continuum, como avançado por Frank Upward, em oposição a uma Arquivística custodial que tem por objeto o documento estático. Procura-se, então, que as instituições de memória, como os arquivos, procurem enquadrar a informação preservada enquanto ativo a gerir e memória das organizações/indivíduos, nela refletindo o seu contexto de produção institucional, processo que transforma o arquivista ou bibliotecário num gestor ou profissional da informação, como sintetiza o autor através de Terry Cook.

Termina o primeiro capítulo com a discussão da pertinência da inclusão da Diplomática e respetivos contributos na CI — que o *Referencial Europeu de Informação e Documentação* optou por ignorar —, no que o autor considera uma relação natural de complementaridade, desde logo pela convergência ao nível da abordagem sistémica. Ao retomar a *Archival Diplomatics* de Duranti, salienta a importância da crítica da génese, constituição interna e transmissão estudada pela teoria diplomática para a estruturação da informação, nomeadamente em relação às unidades orgânicas que a produziram e a respeito da salvaguarda da autenticidade dos documentos de arquivo e conteúdos informacionais, pressuposto intrínseco aos próprios sistemas de informação.

No segundo capítulo, o autor conduz o documento desde o vínculo arquivístico ao vínculo informacional, de modo a aprofundar a transição de paradigma em relação à Arquivística, cujos preceitos— como os princípios da proveniência e da ordem original — chegam ao presente desatualizados, ou pelo menos questionáveis face à realidade digital, e que impera perante o favorecimento da CI no seio da comunidade científica.

Começa por discutir o conceito de documento e de documento de arquivo, em busca de uma unidade conceptual diacrónica da Arquivística e

da Diplomática, isto é, ao pretender averiguar o lugar do documento na CI. Empreende, no fundo, um exercício de clarificação epistemológica do objeto da própria CI, desde a análise da matriz etimológica do termo documento e o seu sentido atual e comum enquanto suporte e informação, através de uma retrospectiva contemporânea no plano internacional em Paul Otlet (1868-1944) e Suzanne Briet (1894-1989), e nacional, em Malheiro da Silva e Ribeiro. O autor consolida, portanto, as diferentes teorias explanadas e avança com uma definição provisória, considerando a independência total face ao suporte, optando por não o mencionar de todo: o documento entendido como informação registada num suporte que lhe confere transmissibilidade no espaço e no tempo, com uma intenção comunicativa. A respeito da definição de documento de arquivo (*record*), o autor recorre ainda a postulação do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), na qual salienta a importância concedida à organicidade da informação enquanto reflexo de uma atividade institucional ou individual, tendo sido neste ponto que identificara antes, no ponto 1.3., o contributo da Diplomática para a CI.

Para a definição de Arquivística, o autor segue com a tentativa de compreender o seu objeto, o garante da sua unidade e intemporalidade na transição do mundo analógico para o digital, que aponta ser, de facto, a informação organizacional confiável, produzida por uma determinada organização e preservada durante o tempo útil, e em acesso permanente, transmitida através de documentos. É, neste plano, que levanta o nevoeiro teórico imposto pela contemporaneidade, colocando-a ao nível disciplinar, ao invés de científico, cujo objetivo visa compreender, gerir, otimizar, preservar e garantir o acesso continuado (...) ao sistema de informação arquivo, procurando assegurar os seus atributos essenciais, através do acompanhamento da informação ao longo de todo o seu ciclo de vida.

No caso da Diplomática, cuja evolução disciplinar fora já explanada no ponto 1.1., o autor reconhece-lhe o alargamento do seu objeto à autonomia do registo de informação face ao suporte escrito, sempre em contexto de sistema de informação e, por isso, delimitado. Quanto aos seus princípios, universais e diacrónicos, alega manter a sua essência, mesmo quando submetidos a novos contextos, como é o do digital, que apresenta novos elementos formais.

Não obstante a linha teórica seguida, que tem que ver com a centralidade da informação/conteúdo (vínculo informacional e cognitivo) sobre o documento/contentor (vínculo arquivístico e material), na última secção do segundo capítulo o autor retoma a discussão relativa ao paradigma pós-custodial, firmando a importância do último para o pleno entendimento da primeira. Neste sentido, a partir de Durante, Cook e Heloísa Belloto, nota a

dependência entre a mensagem e a sua estrutura, interna e externa, como veículo que lhe dá forma, permite a sua comunicação e que é, ele próprio, um registo com valor humano e social, isto é, informação per se e, por conseguinte, passível de ser considerado objeto de estudo. Por fim, reitera a posição de Upward quanto à noção de “pós”-custodial, em que o prefixo não significa nem a superação nem a anulação do radical, mas a sua integração em novos contextos, numa lógica de continuidade. Para o autor, o papel do documento não pode deixar de ter lugar em qualquer paradigma, quer informacional quer pós-custodial.

O terceiro e último capítulo está reservado ao vértice comum entre a Diplomática e a CI, a informação digital, dedicando-se uma vez mais à problematização de conceitos a partir da literatura, como: ambiente digital, objeto/documento digital, autenticidade (legal, diplomática e tecnológica) e preservação digital. Em síntese, o autor procura situar a informação em ambiente digital, tendo em conta estratégias de preservação e mecanismos de avaliação de autenticidade segundo uma abordagem sistémica.

É numa tentativa de compreensão do fenómeno informacional do ponto de vista arquivístico que o autor se questiona de que forma o ambiente digital interfere com o registo de informação. A primeira parte da sua resposta parte da introdução de novas variáveis no processo de registo da informação num determinado suporte, as plataformas tecnológicas, surgindo o produto tridimensional informação-suporte-tecnologia, que substitui o tradicional informação-suporte. A tecnologia é, por isso, a grande novidade, e consigo chegam implicações — desde o “desaparecimento” do suporte às novas formas de codificação da informação — e hesitações — nomeadamente, a efemeridade dos próprios suportes tecnológicos, quanto à sua longevidade e necessidade constante de atualização.

Neste contexto, o autor opta, ao contrário da literatura, por preferir o conceito de documento digital sobre o de objeto digital, considerando-o mais adequado para a CI e para o contexto do conhecimento arquivístico. Porém, consideramos impreciso que, num primeiro momento, faça equivaler os dois conceitos, qualificando-os como sinónimos, ao afirmar que um documento digital é um objeto digital, dado que um objeto digital é um componente digital que, por sua vez, constitui um documento digital; para, mais à frente, colocar o documento digital como subcategoria dos objetos digitais (...) distinguindo-se deles por possuírem mensagem, contexto, estrutura e forma documental. Além do mais, tinha já classificado o objeto digital como entidade que veicula a informação e, por isso, dotado também de características como as apontadas.

A respeito da autenticidade da informação digital, o autor identifica três vertentes: a legal, que no plano nacional torna obrigatória a presença de assinatura digital certificada por uma entidade credenciada para que determinado documento adquira valor probatório; a diplomática, na qual procede à descrição dos princípios conduzidos pelo projeto InterPARES, coordenado por Duranti; e tecnológica, que relaciona com a manutenção de repositórios digitais e sua capacidade de garantir o armazenamento seguro e preservação a longo prazo da informação.

De facto, a garantia da autenticidade da informação relaciona-se inexoravelmente com as estratégias de preservação adotadas, sendo, por isso, o último momento dedicado à preservação digital. Do seu enquadramento, o autor remete-a ao campo da Gestão da Informação ao nível organizacional sem relevância ao suporte — contrariamente à designação “Gestão Documental” —, tendo em vista o armazenamento e acesso continuado à informação. Nesta lógica, a proposta de um modelo de preservação sistémica pela literatura em análise, a partir de autores como Maria Manuela Pinto, David Bearman e Meg Bellinger, tem precisamente que ver com esse continuum que enquadra a informação desde a conceção dos sistemas de informação a que responde e no qual circula. Em ambiente digital, como avança o autor, é através da criação controlada de metainformação que pode ser almejada a integridade e a autenticidade de determinado documento, só assim existindo mecanismos necessários à sua validação, entre os quais o contexto e a estrutura.

Desse modo, o desenvolvimento de estratégias de preservação digital a longo prazo, nomeadamente ao nível da tecnologia, pretendem dar resposta à complexidade dos recursos digitais e desafios que acarreta, constantemente levantados ao longo da obra — como uma estrutura heterogénea, facilidade de replicação e a efemeridade supracitada. Para o autor, torna-se necessária a preservação do *hardware* e do *software*, através de mecanismos como: o refrescamento (renovação do suporte de armazenamento), a emulação (recuperação do ambiente tecnológico em que o documento fora produzido), a migração (transferência periódica dos objetos digitais para novos contextos tecnológicos, pressupondo a sua adaptação) ou o encapsulamento (mantendo os objetos no seu formato original).

O contributo de André Pacheco com a presente obra é especialmente relevante pela breve, mas densa revisão de literatura que explana e dá corpo ao longo de pouco mais de cem páginas, a que se tentou fazer jus com a presente apreciação crítica e que, na perspetiva de leitora, permite uma robusta consolidação de saberes. É, de facto, um livro que cumpre o objetivo proposto, mormente o de aproximar a Diplomática à CI. Nessa mesma

proposta, no panorama nacional não parece existir outra obra que estabeleça a relação entre os tópicos levantados de forma equivalente, em particular no que respeita à discussão conceptual de cada um, desde a Arquivística, enquanto disciplina, ao lugar do documento e da informação, bem como, por fim, à preservação digital. Podemos, em jeito de conclusão, afirmar que este livro constitui a preparação teórica para a publicação da sua Tese de Doutoramento sob o título *Arquivos Digitais: Metadados e autenticidade* (junho, 2022), na qual providencia a sua investigação da vertente empírica com a proposta de um modelo de metadados para a autenticidade.